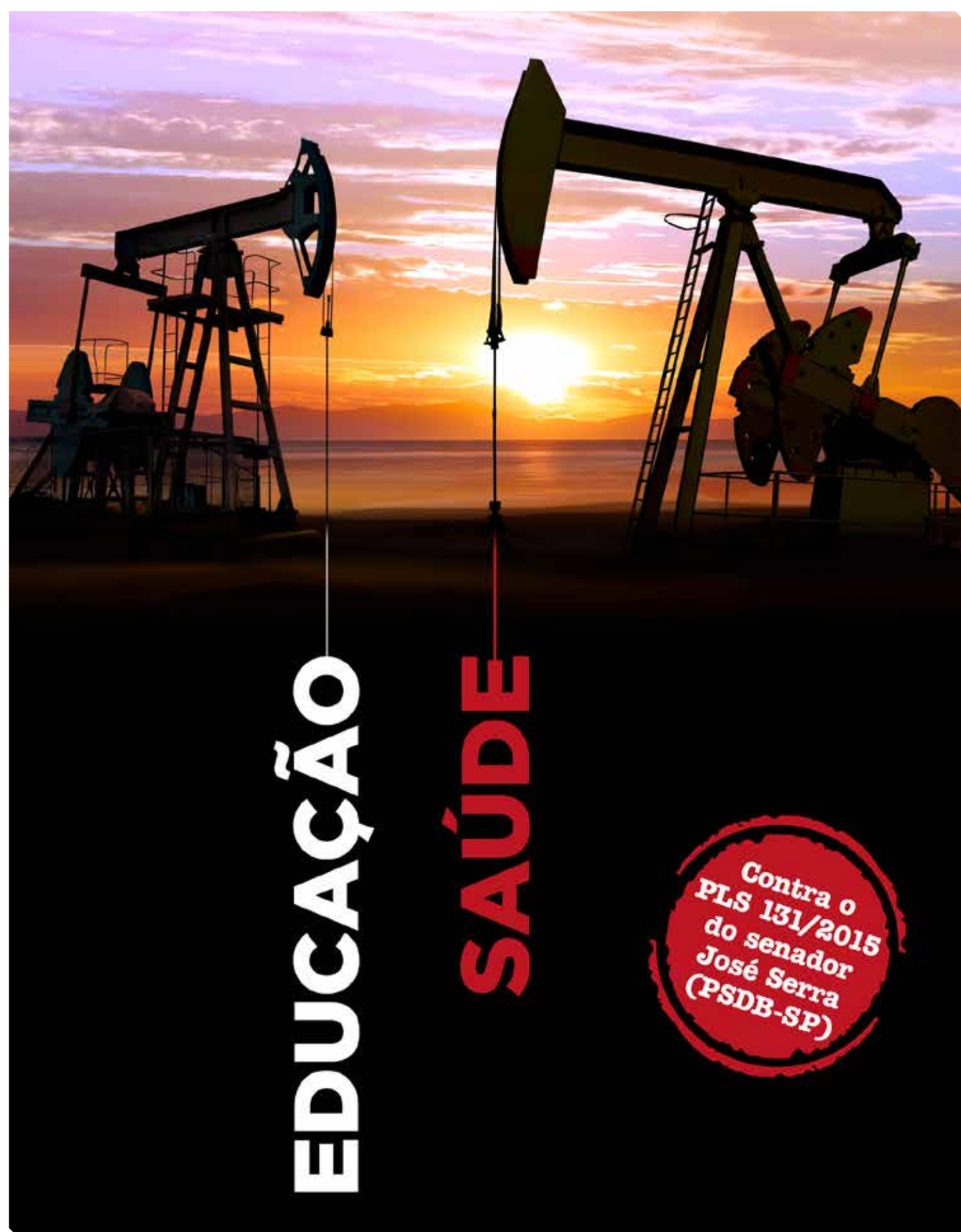


EM DEFESA DA PETROBRAS E DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA A EDUCAÇÃO E A SAÚDE



NÃO VAMOS ABRIR MÃO DO PETRÓLEO PARA EDUCAÇÃO

A Lei 12.858/2013, que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, foi uma vitória para o setor. Agora querem mudar essa lei. O PLS 131/2015, do senador José Serra (PSDB/SP), visa a retirar a riqueza do povo brasileiro, transferindo-a às empresas privadas. Se isso ocorrer, o Plano Nacional de Educação (PNE) não se viabiliza, pois o Pré-Sal é uma das suas principais fontes de financiamento.

O PNE prevê universalizar as matrículas escolares, aumentar a oferta de escolas de tempo integral, equiparar a remuneração média dos professores com outras categorias de mesma escolaridade, implementar o piso salarial e garantir planos de carreira para todos os profissionais da educação, regulamentar o Sistema Nacional e o Custo Aluno Qualidade, tudo isso mediante a elevação do percentual de investimento na educação para 10% do PIB - compromisso inatingível sem os recursos do petróleo.

Os trabalhadores em educação, aliados aos movimentos sociais, estão lutando contra as medidas que favorecem a quem não tem compromisso com a sociedade. Junte-se a nós contra essas ameaças, que colocam em risco o futuro da educação brasileira.

1

A descoberta do pré-sal equivale a um bilhete premiado de loteria. Foi a maior descoberta de jazidas de petróleo do planeta nos últimos 30 anos, e essa riqueza deve ser revertida para o povo!

2

O mundo tem exemplos positivos e negativos a respeito da exploração do petróleo. No Oriente Médio e na África, a apropriação das riquezas do "ouro negro" por famílias ou empresas multinacionais submete as populações a níveis intoleráveis de miséria. Já na Noruega e na Finlândia, o petróleo significou um bônus social, especialmente com forte investimento em educação, saúde e previdência.

3

Em 2010, o Congresso aprovou a Lei 12.351 (Lei da Partilha) estabelecendo repasses mais vantajosos - em comparação com os critérios definidos na década de 1990 - de royalties e outras compensações financeiras das empresas exploradoras de petróleo e gás para os governos. Essa mesma Lei criou o Fundo Social para estabilizar a economia nacional em tempos de crise e para reforçar os investimentos nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte, ciência e tecnologia e meio ambiente.

4

Após garantir mais recursos e a sua aplicação em políticas públicas estratégicas para o bem estar da sociedade, os movimentos sociais organizados se mobilizaram para aprovar a Lei 12.858, que destinou 50% do montante do Fundo Social e mais 75% dos royalties do pré-sal destinados à União, aos estados, DF e municípios para a educação, além de outros 25% para a saúde. Por outro lado, a Lei 12.734 buscou ampliar a distribuição dos royalties do petróleo e gás, inclusive de poços já licitados antes de 2012, para todos os estados e municípios do País, de acordo com a população e a necessidade de cada localidade - mas essa Lei está sub judice no STF.

5

Neste momento, essas conquistas estão sendo ameaçadas pelo Projeto de Lei nº 131/2015, proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), que pretende retirar a exclusividade da Petrobras nas operações de exploração do Pré-sal. Além de colocar em risco a soberania energética do País - pois o controle da exploração do petróleo e gás seria transferido da Petrobras para as empresas privadas multinacionais -, o PLS entreguista impõe menos arrecadação ao Fundo Social da União e, em consequência, para a educação e a saúde.

6

A título de exemplificação, caso seja aprovado o PLS 131/15, somente no campo de Libra (região do Pré-sal) o Fundo Social deixaria de arrecadar R\$ 100 bilhões, com prejuízos de R\$ 50 bilhões para as políticas educacionais.

7

O Plano Nacional de Educação determinou que até 2024 o País invista o equivalente a 10% do PIB na educação, e sem as fontes de recursos do Pré-Sal, conforme pretende o PLS 131/2015, será muito difícil atingir a meta.

Educadores lutam pela soberania



A mobilização de trabalhadores e estudantes conseguiu derrubar o regime de urgência do PLS 131/2015. Desde o mês de junho, uma série de mobilizações tem sido organizada pelos movimentos sociais e sindicais em defesa da Petrobras, e a CNTE, ao lado da Federação Única dos Petroleiros (FUP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de demais entidades da sociedade, tem atuado no Congresso Nacional e nas ruas para barrar a proposta entreguista de nosso maior patrimônio nacional da atualidade, a qual comprometerá os investimentos em políticas públicas para a maioria do povo brasileiro.

Na Semana da Pátria, diversas mobilizações ocorreram em praças e outros locais públicos, a fim de denunciar à sociedade a proposta antipatriota contida no PLS 131/2015. Também houve atos nos aeroportos, em dias de partida e chegada dos parlamentares que se deslocam para Brasília.

É preciso, porém, dar sequência à luta contra o PLS 131/2015, e a CNTE convida a todos/as para organizar ou participar dos atos públicos em seus municípios contra o projeto lesa-pátria do senador José Serra.

Foto: Divulgação AFCESP